



Sindsep realiza Ato em comemoração aos 34 anos de fundação

O céu aberto e estrelado do último dia 1º de novembro, completava o cenário perfeito para a poesia de exaltação aos 34 anos de fundação do Sindsep/MA.

A entidade organizou uma festa bem aconchegante, e que tivesse como principal objetivo, a confraternização dos servidores públicos federais.

A praça ao lado do sindicato ficou tomada de filiados, atores sociais, personalidades políticas e dirigentes sindicais locais e nacionais, todos irmanados em homenagear um dos maiores sindicatos cutistas do Maranhão, quicá do Brasil.

A festa foi digna do tamanho do Sindsep. O hino da enti-

dade foi cantado por Fátima Passarinho, que mais uma vez, deu um show em cima do palco.

Em seguida foi aberto o Ato Político, e posteriormente foram feitos os discursos.

Após o Ato Político, Marção e Banda subiu ao palco e embalou os presentes nos mais diversos ritmos musicais.

A festa encerrou-se à meia-noite, como havia sido prevista, e deixou um gosto de “quero mais” em todos os presentes.

Que o ano de 2025 seja repleto de lutas e conquistas, e que na festa dos 35 anos, o Sindsep exalte ainda mais uma história de luta e combatividade em prol da classe trabalhadora.



Cresce a luta contra o Marco Temporal

Veja nota e confira as fotos da marcha realizada em Brasília nessa quarta-feira, 30.

Matéria completa em
www.condsef.org.br/noticias

Condsef/Fenadsef volta ao MGI para tratar de pendências do processo de negociação salarial

A Condsef/Fenadsef voltou ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) na última sexta-feira, 1º, onde questionou sobre diversas pautas ainda pendentes depois do processo de negociação salarial que seguirá em forma de projeto de lei (PL) ao Congresso Nacional. O secretário de Relações do Trabalho, José Lopez Feijóo informou que o PL está em fase de finalização na Secretaria de Orçamento Federal (SOF), daí segue para a Casa Civil de onde será enviado para o Congresso.

Feijóo informou que, devido às inúmeras tabelas salariais, o PL deve contar com aproximadamente mil páginas. O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, lembra que todo esse conteúdo passará por avaliação técnica tanto da assessoria jurídica da entidade, quanto da subseção do Dieese.

Apesar de reafirmar que a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) será reinstalada, o secretário de Relações do Trabalho do MGI não apontou a data exata da convocação da reunião. Dois temas principais devem ser debatidos na retomada da MNNP: a Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que regulamenta a negociação coletiva e direito de greve no setor público e o plano federal de enfrentamento ao assédio e à violência.

Em outra etapa da reunião a Condsef/Fenadsef solicitou informações pontuais de pendências que afetam diversos setores

de sua base incluindo anistia-dos da Abin, Dnocs, Funai, INSS, Suframa e analistas de sistema. Confira a seguir um resumo de cada um desses pontos.



Funai

A Condsef/Fenadsef solicitou resposta para dois ofícios que foram enviados ao MGI (Ofício 362 e Ofício 363). Um trata da extensão da Gapin (Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista) a servidores da Sesai (Secretaria de Saúde Indígena) e do Ministério dos Povos Indígenas. Como se trata de uma gratificação de apoio à atividade indígena a reivindicação é de que esses servidores que atuam diretamente na área façam jus. O MGI informou que avalia a situação junto ao Ministério da Saúde (MS).

A outra questão está reacionada à situação dos servidores concursados de nível superior do PEC Funai. Esses servidores ficaram em uma situação de limbo jurídico e reivindicam o reequadramento na Carreira Indigenista. Vale destacar que está é uma pauta não remuneratória e busca solucionar apenas uma situação embasada em parecer jurídico já encaminhado ao MGI que informou que deve analisar e apresentar uma resposta.

INSS

A Condsef/Fenadsef voltou a perguntar sobre a regulamentação do Comitê Gestão que está prevista no acordo firmado com a categoria.

O MGI esclareceu que por se tratar de um comitê que vai tratar da reestruturação da carreira a instalação deve ser feita mediante um Decreto Presidencial que deve ser efetivado em breve. A partir do decreto um comitê paritário com 6 representantes do governo e 6 representantes das entidades sindicais será formado. Uma Portaria será publicada nomeando os membros do comitê.

O trabalho de cobrança das pendências seguirá sendo feito até que todos os acordos firmados com o governo tenham sido efetivados. A Condsef/Fenadsef reforça que o texto do PL dos acordos firmados com os setores de sua base passaram por avaliações técnicas do jurídico e sua subseção do Dieese.

Além disso, é importante que todos os servidores estejam atentos e unidos à tramitação da proposta no Congresso Nacional e todos os movimentos que serão feitos para assegurar que os acordos sejam aprovados no Legislativo. "Há muito trabalho e luta pela frente e seguiremos firmes em busca de assegurar o que já temos negociado e avançar no que ainda é preciso", reforçou Sérgio Ronaldo.

Fonte: Condsef